

CADERNO DE PROVA

**Processo
Escolha**

Conselheiro Tutelar

Edital nº 001/2019

**Desejamos
a você uma
ótima
prova!**

Instruções:

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este caderno de prova;
- caneta esferográfica de tinta azul ou preta, em material transparente;
- um cartão-resposta que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

**Comunique imediatamente ao fiscal qualquer
irregularidade!**

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas quatro alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Assinatura do Candidato

Direito da Criança e do Adolescente

(20 questões)

1. João, adolescente de 16 anos, é flagrado dentro de um bar comprando e consumindo bebida alcóolica. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) ao adolescente pode ser aplicada medida socioeducativa em meio aberto por estar com seus direitos violados em razão de sua própria conduta.

b) o estabelecimento deve ter cassado seu alvará de funcionamento, o adolescente deve receber medida de advertência e seus genitores devem ser notificados a comparecer no Conselho Tutelar ou, na sua ausência, ao órgão do Ministério Público competente.

c) fica o estabelecimento comercial sujeito à medida administrativa de interdição até o recolhimento da multa aplicada.

d) incorre o proprietário do estabelecimento em contravenção penal, com pena de prisão simples, de dois meses a um ano, ou multa.

2. Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção CORRETA.

a) Cabe à autoridade judiciária ou policial competente a aplicação das medidas específicas de proteção relacionadas no ECA, mediante prévia notificação do conselho tutelar.

b) É cabível a aplicação de medida socioeducativa de internação ao penalmente imputável com idade entre dezoito e vinte e um anos e que era menor à época da prática do ato infracional.

c) Não há prazo mínimo para o cumprimento da liberdade assistida fixada pelo ECA, sendo o limite fixado de acordo com a gravidade do ato infracional e as circunstâncias de vida do adolescente.

d) O crime de corrupção de menores se consuma quando o infrator pratica infração penal com o menor ou o induz a praticá-la, sendo imprescindível, para sua configuração, a prova da efetiva corrupção do menor.

3. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá, dentre outras, aplicar ao adolescente as seguintes medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional.

b) prestação de trabalhos sem remuneração, reparação dos danos causados à pessoa lesada e multa proporcional a perdas materiais.

c) medidas corretivas por meio de cursos em período integral e aconselhamento psicológico e/ou terapêutico.

d) acompanhamento familiar durante a internação, prestação de trabalhos ao Estado e à comunidade e reposição material.

4. De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta a respeito da responsabilização das crianças e dos adolescentes em razão do cometimento de atos infracionais.

a) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de exclusão do processo; no entanto, se não concordar com a remissão, o juiz deverá remeter os autos ao procurador-geral de justiça.

b) No caso de ato infracional de natureza leve, será aplicada medida de proteção substitutiva às medidas socioeducativas, razão porque a representação para o início do procedimento de apuração poderá ser feita pelo conselho tutelar.

c) Para efeito de processamento do ato infracional, a criança ou o adolescente, ainda que tenha sido civilmente identificado, deverá ser submetido à identificação especial.

d) As crianças com deficiência não podem ser responsabilizadas pelo cometimento de atos infracionais, sendo possível aplicar-lhes medidas de

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

proteção em substituição a medidas socioeducativas.

5. Os irmãos Gabriel (11 anos) e Miguel (9 anos) foram submetidos à medida protetiva de acolhimento institucional pelo Juízo da Infância e da Juventude, pois residiam com os pais em área de vulnerabilidade social, que se recusavam a deixar o local, mesmo com a interdição do imóvel pela Defesa Civil. Após uma semana do acolhimento institucional, os pais de Gabriel e Miguel vão até o serviço de acolhimento institucional para visitá-los, sendo impedidos de ter contato com os filhos pela diretora da entidade de acolhimento institucional, ao argumento de que precisariam de autorização judicial para visitar as crianças. Os pais dos irmãos decidem então procurar orientação jurídica de um advogado. Considerando os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente, a direção da entidade de acolhimento institucional agiu corretamente?

a) Sim, pois o diretor da entidade de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, podendo proibir a visita dos pais.

b) Não, porque os pais não precisam de uma autorização judicial, mas apenas de um ofício do Conselho Tutelar autorizando a visita.

c) Sim, pois a medida protetiva de acolhimento institucional foi aplicada pelo Juízo da Infância, assim somente ele poderá autorizar a visita dos pais.

d) Não, diante da ausência de vedação expressa da autoridade judiciária para a visita, ou decisão que os suspenda ou os destitua do exercício do poder familiar.

6. No Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º, destacam-se os seguintes aspectos:

É dever da _____, da comunidade, da sociedade em geral e do _____ assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à _____, à saúde, à alimentação, à educação ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à _____, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e _____.

Preenchem as lacunas da frase acima, correta e respectivamente:

a) família – poder público – moradia escolar – dignidade – religiosa

b) família – poder público – vida – dignidade – comunitária

c) escola – conselho tutelar – vida – moradia – comunitária

d) família – conselho tutelar – moradia – dignidade – escolar

7. Com a recente modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei 13.798/19, com a inclusão do art. 8º-A, fica instituída a Semana Nacional

a) de Mobilização Contra a Violência Sexual Infantil

b) de Incentivo à Adoção

c) de Prevenção da Gravidez na Adolescência

d) de Incentivo ao Apadrinhamento Afetivo

8. O Art. 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente foi alterado pela Lei n. 13.812/2019 e afirma que nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. Com base nessa afirmação marque a opção INCORRETA.

a) A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

b) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

c) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado de pessoa maior, independentemente de autorização do pai, mãe ou responsável.

d) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

9. A Lei Federal 13.824/19 alterou o art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo:

- a) recondução por novos processos de escolha.
- b) a ampliação de, no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares em cada município como órgãos integrantes da administração pública.
- c) recondução por até 2 vezes, mediante novo processos de escolha.
- d) que os conselheiros tutelares devam ser escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos.

10. Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao dever do Estado em assegurar à criança e ao adolescente:

- a) ensino médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- c) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- d) atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

11. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma como direito à educação, EXCETO:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- c) direito de organização e participação em entidades políticas;
- d) garantia de vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

12. A proibição do trabalho infantil fundamenta-se no princípio da proteção integral da criança e do

adolescente que, por sua vez, reconhece que a infância é o período de vida destinado a atividades lúdicas, à prática de esportes, à convivência familiar e comunitária, ao acesso à educação, neste último caso, estendendo-a à profissionalização e para o aprendizado acadêmico, na busca de sua formação humana. Esse entendimento somente se consolidou com o advento da:

- a) Constituição Federal de 1937 e do Código de Menores.
- b) Constituição Federal de 1988 e do Código de Mello Mattos.
- c) Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Constituição Federal de 1988 e do Código de Menores.

13. Maria, de 11 anos de idade, com os pais destituídos do poder familiar, cresce em entidade de acolhimento institucional faz dois anos, sem nenhum interessado em sua adoção habilitado nos cadastros nacional ou internacional. Sensibilizado com a situação da criança, Pedro, pai de três filhos, sendo um adotado, deseja acompanhar o desenvolvimento da Maria, auxiliando-a nos estudos e, levando-a para casa nos feriados e férias escolares com o intuito da construção de vínculos com sua família. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que forma Pedro conseguirá obter a convivência temporária externa da Maria com sua família?

- a) Acolhimento familiar.
- b) Guarda estatutária.
- c) Tutela.
- d) Apadrinhamento.

14. Diego, com quase 12 anos de idade, morador de Palhoça, na Região Metropolitana de Florianópolis, foi aprovado em um processo de seleção de jogadores de futebol, para a categoria de base de um grande clube, sediado na capital, cidade contígua à de sua residência. Os treinamentos na nova equipe implicam deslocamento de Palhoça à Florianópolis todos os dias, ida e volta. Ocorre que os pais de Diego trabalham em horário integral, e não poderão

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

acompanhá-lo. Os pais, buscando orientação, sobre qual seria a solução legal para que Diego frequente os treinos, desacompanhado recebem diferentes orientações. Assinale a opção que apresenta a orientação CORRETA.

a) Diego precisará de um alvará judicial, que pode ter validade de até dois anos, para poder se deslocar sozinho entre as comarcas.

b) Diego pode, simplesmente, ir aos treinos sozinho, não sendo necessária qualquer autorização judicial para tanto.

c) Não é possível a frequência ao treino desacompanhado, pois o adolescente não poderá se deslocar entre comarcas sem a companhia de, ao menos, um dos pais ou do responsável legal.

d) Diego poderá ir aos treinos desacompanhado dos pais, mas será necessário obter autorização judicial ou a designação de um tutor, que poderá ser um representante do clube.

15. Entre as garantias de prioridade estabelecidas expressamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.069/90, não há previsão de:

a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

c) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

d) Viabilização prioritária de formas alternativas de participação, ocupação e convívio com as demais gerações.

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90, não veda que lei municipal estabeleça mecanismos internos e externos de controle da atuação dos conselheiros tutelares individualmente considerados, regulamentando a forma de aplicação de sanções administrativas àqueles que, por ação ou omissão, descumprem seus deveres funcionais.

b) O sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, concebido pela Lei n. 8.069/90, não é hierarquizado, havendo apenas profissionais e autoridades diversas com funções distintas.

c) É de atribuição do Conselho Tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

d) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deve ser estabelecido em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e realizado sob a responsabilidade do Poder Judiciário, com a fiscalização do Ministério Público.

17. Com base no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens que se seguem, assinalando como V para a alternativa VERDADEIRA e F para a alternativa FALSA:

() Por serem voluntárias, as atividades dos membros do conselho tutelar não podem ser remuneradas.

() Para ser membro do conselho tutelar, a pessoa deve ter idade superior a dezoito anos, reconhecida condição financeira e idoneidade moral, além de residir por, no mínimo, cinco anos no município.

() Em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal deve haver, no mínimo, um conselho tutelar.

() Pessoas com doze anos de idade completos são consideradas crianças.

a) F, F, F, F

b) F, F, V, F

c) F, V, F, F

d) F, V, V, V

18. Considerando o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi sancionado no Brasil, em 13 de Julho de 1990, pela Lei nº 8.069, que prevê a proteção integral de crianças e adolescentes, analise a situação hipotética a seguir:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

Dois educadores sociais recém-formados discutem sobre a temática da família e dos programas de acolhimento de crianças e adolescentes de acordo com o ECA. Durante a discussão, apresentaram as seguintes ideias:

1 - A falta ou carência de recursos materiais pelos pais constitui motivo suficiente para a separação da criança do poder familiar.

2 - Toda criança ou adolescente que estiver inserido em serviço de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada três meses.

3 - A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

4 - A manutenção ou a reintegração da criança ou do adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência sem restrição alguma.

Das ideias apresentadas, está CORRETA:

- a) Somente a ideia 1 está correta.
- b) As ideias 1 e 4 estão corretas.
- c) As ideias 2 e 3 estão corretas.
- d) As ideias 3 e 4 estão corretas.

19. Guilherme, 09 anos, apresenta um quadro de paralisia cerebral com limitações motoras e de comunicação verbal. A mãe de Guilherme, Joana, está reivindicando na Justiça que o ensino de Guilherme seja ministrado por ela, por meio de educação domiciliar. Sobre o caso apresentado, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que apresenta o encaminhamento correto.

a) É indispensável a matrícula escolar em estabelecimento de ensino especializado no atendimento de crianças com deficiência.

b) É facultativa a matrícula na rede regular de ensino após perícia que ateste a natureza e o grau de limitação da patologia que ele apresenta.

c) É recomendada a escolarização por meio da educação domiciliar individual, desde que ministrada por profissional com formação na área de educação especial.

d) É um dever a matrícula escolar, devendo a escola oferecer profissional de apoio escolar para auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação.

20. No Brasil, o adolescente que comete ato infracional deve ser responsabilizado mediante a aplicação de medida socioeducativa proporcional à gravidade do ato cometido. O assistente social, ao prestar atendimento a um adolescente que terá que cumprir a Liberdade Assistida (LA), orientará que a referida medida consistirá

a) em acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, para o que será destacado um orientador que possa acompanhá-lo no processo de escolarização, profissionalização e de trabalho, assim como, promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e os inserindo, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.

b) no ressarcimento do dano patrimonial por parte do adolescente, mas que cumprirá a medida em meio aberto.

c) na prestação de serviços comunitários por um período de seis meses, cujas tarefas que serão atribuídas respeitarão as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou a jornada normal de trabalho.

d) na realização de atividades diárias do adolescente como o convívio familiar, a frequência à escola e profissionalização durante o dia e retorno na unidade de cumprimento de medida socioeducativa no período da noite.

Sistema de Garantia de Direitos

(15 questões)

21. Em conformidade com a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o ensino será ministrado com base, dentre outros, nos seguintes princípios:

I – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

II – Desvalorização do profissional da educação escolar.

III – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens II e III.

b) Somente os itens I e II.

c) Somente os itens I e III.

d) Todos os itens.

22. Em consonância com a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de, EXCETO:

a) Educação Infantil gratuita às crianças de até três anos de idade.

b) Acesso público e gratuito aos Ensinos Fundamental e Médio para todos os que não os concluíram na idade própria.

c) Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

d) Atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

23. Segundo a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, analise os itens abaixo:

I – A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

II – A Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

III – Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Estão CORRETOS:

a) Somente os itens II e III.

b) Somente os itens I e II.

c) Somente os itens I e III.

d) Todos os itens.

24. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996), NÃO é princípio da Educação Nacional:

a) Garantia de padrão de qualidade, prioritariamente, nas instituições de ensino privadas e filantrópicas.

b) Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

c) Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

d) Consideração com a diversidade étnico-racial.

25. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996), ao tratar da composição dos níveis escolares, estabelece que a educação básica compõe-se de:

a) ensino fundamental e ensino médio.

b) educação infantil e ensino fundamental.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

c) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

d) ensino médio, educação especial e educação tecnológica.

26. A educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Lei nº 9.394/96, tem por finalidade:

a) o pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e esportivo de todos os alunos visando a sua realização pessoal.

b) o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

c) a preparação do educando para a realização de seus sonhos.

d) a garantia de que o Estado e a família assegurem um futuro digno ao educando.

27. São diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, EXCETO:

a) Centralidade da família nas políticas públicas; Reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional; Controle social das políticas públicas; Adoção centrada no interesse da criança e do adolescente.

b) Implementar um sistema de comunicação e de informação que promova o autodesenvolvimento e amplie o compromisso social dos trabalhadores de saúde.

c) Respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais; Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida.

d) Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família; Reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades; Garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade dos Programas

de Famílias Acolhedoras e de Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes.

28. Quanto aos objetivos do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, avalie as assertivas abaixo e indique as CORRETAS:

I – Ampliar, articular e integrar as diversas políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sócio familiar para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária;

II – Proporcionar, por meio de apoio psicossocial adequado, a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário, considerando os recursos e potencialidades da família natural, da família extensa e da rede social de apoio;

III – Acolher a demanda por meio de critérios de avaliação de risco, garantindo o acesso referenciado aos demais níveis de assistência;

IV – Assegurar estratégias e ações que favoreçam os mecanismos de controle social e a mobilização da opinião pública na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

a) Todas estão corretas.

b) I, II e IV estão corretas.

c) I, III e IV estão corretas.

d) II, III e IV estão corretas.

29. Para o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o Programa Família Acolhedora se caracteriza como, EXCETO:

a) Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar;

b) Um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva;

c) É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que se enquadra no mesmo conceito de abrigo em entidade e na colocação em família substituta, no sentido estrito.

d) Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção.

30. Todas as entidades que oferecem Acolhimento Institucional, independente da modalidade de atendimento, devem atender aos pressupostos do ECA. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, destaca, ainda, que tais serviços devem, EXCETO:

a) Estar localizados em área comercial, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos;

b) Manter permanente comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude, informando à autoridade judiciária sobre a situação das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias;

c) Atender ambos os sexos e diferentes idades de crianças e adolescentes, a fim de preservar o vínculo entre grupo de irmãos;

d) Atender crianças e adolescentes com deficiência de forma integrada às demais crianças e adolescentes, observando as normas de acessibilidade e capacitando seu corpo de funcionários para o atendimento adequado às suas demandas específicas.

31. Segundo a Lei nº 10.540, de 15 de maio de 2019, que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Florianópolis, analisar os itens abaixo:

I – A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

II – É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefone fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar, respeitando a disponibilidade ofertada pela empresa contratada;

III – As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

IV – Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

a) Todas as alternativas estão corretas;

b) I, II e III estão corretas;

c) I, II e IV estão corretas;

d) Nenhuma alternativa está correta.

32. Segundo a Lei nº 10.540, de 15 de maio de 2019, que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Florianópolis, os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município. Com base nessa afirmativa aponte a alternativa INCORRETA:

a) A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei Federal nº 9.709, de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público;

b) O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de setenta e duas horas, de

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro Tutelar

todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados;

c) As candidaturas devem ser individuais, permitida a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

d) O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

33. Tendo como base as atribuições do Conselho Tutelar, cabe ao conselheiro tutelar:

I – aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II – fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

III – realizar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em delegacias de polícia ou qualquer outro estabelecimento policial;

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na delegacia de polícia.

a) I, II e IV estão corretas.

b) II, III e IV estão corretas.

c) I, II e III estão corretas.

d) Todas as alternativas estão corretas.

34. Segundo a Lei nº 10.540, de 15 de maio de 2019, que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Florianópolis, constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I – ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

II – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

III – exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto quando houver compatibilidade de horários a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV – ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

a) somente as alternativas I, II e IV estão corretas;

b) somente as alternativas II, III e IV estão corretas;

c) somente as alternativas I, II e III estão corretas;

d) Todas as alternativas estão corretas.

35. Segundo a Lei nº 10.540, de 15 de maio de 2019, que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Florianópolis, julgue os itens a seguir:

I – As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

II – É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

III – No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

IV – Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, como objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

- a) somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
- b) somente as alternativas II, III e IV estão corretas;
- c) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
- d) Todas as alternativas estão corretas.

Noções Básicas de Informática

(5 questões)

36. Sobre os fundamentos de informática, analise as afirmativas.

I - Informática é a ciência que estuda como as informações são coletadas (dados), organizadas, tratadas e comunicadas.

II - Informática é a ciência que busca meios para obter maior rapidez no processamento e maior proteção (segurança) para as informações geradas por meio desse processamento.

III - Informática é uma máquina que realiza processamento de dados em menor espaço de tempo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

37. Computação pode ser definida como a atividade de uso e melhoria da tecnologia de computadores, seu hardware e software. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) A criação de qualquer linguagem de programação depende de uma máquina computacional preexistente, capaz de interpretá-la.
- b) Todo computador precisa ter unidades de memória, de controle e de cálculo lógico e aritmético.
- c) Toda tecnologia digital depende do uso de computadores
- d) Alguns softwares podem ser executados sem conversão para uma linguagem de máquina.

38. Governança de TI é um conjunto de práticas, padrões e relacionamentos estruturados, assumidos por executivos, gestores, técnicos e usuários de TI de uma organização. A esse respeito, é correto afirmar que o conjunto das finalidades da governança de TI está descrito em:

- a) alinhar TI aos negócios / otimizar a aplicação de recursos / reduzir os custos.
- b) ampliar o desempenho / otimizar a aplicação de recursos / maximizar os riscos.
- c) garantir controles efetivos / reduzir os processos de segurança / maximizar os riscos.
- d) suportar as melhores decisões / reduzir os processos de segurança / reduzir os custos.

39. O Painel de Controle é uma das ferramentas mais importantes do Windows, pois permite personalizar as configurações do computador. No Windows 10,

temos um aplicativo chamado "Configurações" para delegar algumas tarefas que antes eram feitas apenas no Painel de controle. Assinale abaixo a alternativa que representa o atalho do teclado para abrir CONFIGURAÇÕES:

- a) CTRL + TAB
- b) Tecla Windows + I
- c) Tecla Windows + C
- d) CTRL + Tecla Windows

40. Assinale a opção que contém exemplos somente de softwares de computador.

- a) CPU, Word, Excel, MSN.
- b) PowerPoint, Word, Teclado, Mouse
- c) MSN, Word, Excel, PowerPoint
- d) CPU, Monitor, Teclado, Mouse